

DIÁRIO DO



GOVERNO

A correspondência oficial da capital e das provincias, *franca de porte*, bem como os periódicos que trocarem com o *Diário*, devem dirigir-se à Imprensa Nacional.

Anunciam-se todas as publicações literárias de que se receberem na mesma Imprensa dois exemplares com esse destino.

Assinaturas por ano 18\$000 | Anúncios, por linha 60
Ditas por semestre 10\$000 | Comunicadores e correspondências, por linha 60

Número avulso, cada folha de quatro páginas 40

Em conformidade da carta de lei de 24 de Maio e regulamento de 9 de Agosto de 1908, cobrar-se-hão 10 réis de selo por cada anúncio publicado no *Diário do Governo*.

A correspondência para a assinatura do *Diário do Governo* deve ser dirigida à Administração Geral da Imprensa Nacional. A que respeitar à publicação de anúncios será enviada à mesma Administração Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva importância.

SUMÁRIO

MINISTÉRIO DO INTERIOR:

Portaria de 25 de Março, nomeando um amanuense da Biblioteca Nacional de Lisboa para secretariar a sindicância ao arquivo do Ministério do Interior.

Despachos pela Direcção Geral da Administração Política e Civil, sobre movimento de pessoal.

Despachos e rectificações a despachos pela Direcção Geral da Instrução Primária, sobre movimento de pessoal.

Anúncio de concurso para provimento de escolas primárias.

Portaria de 15 de Março, encarregando um professor da Universidade de Lisboa de proceder a uma sindicância aos serviços do Museu Etnológico Português, e nomeando o respectivo secretário.

Decreto de 15 de Março, estabelecendo a gratificação a abonar ao sindicante aos serviços do Museu Etnológico Português e ao respectivo secretário.

Nova publicação, rectificada, do aviso a um professor do Liceu da Horta para tomar posse do seu cargo, sob pena de demissão.

Despachos pela Direcção Geral da Saúde, sobre movimento de pessoal.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Despachos pela Direcção Geral da Justiça, sobre movimento de pessoal.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

Lei de 25 de Março, estabelecendo várias providências sobre serviço de cobrança da contribuição predial e respectivas operações de relaxe.

Nova publicação, rectificada, da lei de 13 de Abril de 1912, que isentou de direitos de importação na metrópole as frutas verdes e secas produzidas nas colónias.

Habilitações para levantamento de créditos.

Balancetes de bancos e companhias.

MINISTÉRIO DA MARINHA:

Ordem da Armada n.º 4 (série B), referida a 28 de Fevereiro.

Despachos pela Majoria General da Armada, sobre movimento de pessoal.

Despacho alterando a lotação do cruzador *Vasco da Gama*.

MINISTÉRIO DO FOMENTO:

Decreto de 25 de Março, modificando o artigo 87.º do regulamento das concessões de licenças para o estabelecimento e exploração de instalações eléctricas.

Despachos pela Direcção Geral das Obras Públicas e Minas, sobre movimento de pessoal.

Portarias de 20 de Março:

Reconhecendo como proprietários legais os descobridores de três minas de volfrâmio situadas no concelho de Caminha.

Aprovando o plano de lavra duma mina de ferro situada no concelho de Cintra.

Estatutos da Associação de Socorros Mútuos 25 de Agosto de 1911, aprovados por alvará de 24 de Outubro de 1911.

Relação de pedidos de registo de marcas industriais.

Balancete das receitas e despesas dos serviços florestais e aquícolas em Outubro de 1912.

Despachos pela Administração Geral dos Correios e Telégrafos, sobre movimento de pessoal.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS:

Despachos pela Direcção Geral das Colónias, sobre movimento de pessoal.

Nota dos indivíduos nomeados para o serviço da Direcção de Agrimensura de Angola, e aviso para a sua inspecção médica.

Portaria de 19 de Março, provendo interinamente um lugar de segundo aspirante do quadro telégrafo-postal de Moçambique.

CONGRESSO:

Câmara dos Deputados, propostas de lei:

Fazendo várias concessões às companhias de caminhos de ferro nas colónias.

Extinguindo a policia marítima de S. Tomé e Príncipe.

Estabelecendo os abonos a fazer aos oficiais dos quadros auxiliares e de reformados da armada.

Suspendendo a execução da lei que criou o Conselho Superior das Águas Minerais.

Regulando os direitos sobre o algodão importado na provincia de Angola.

Estabelecendo a pagamento em prestações da contribuição de renda de casas em dívida.

Concedendo a reforma ao actor Miguel Verdial.

Regulando a classificação dos empregados do Ministério do Fomento.

Reorganizando o quadro dos empregados dos serviços centrais da administração dos Caminhos de Ferro do Estado.

Regulando o pagamento dos vencimentos aos assistentes de clínicas da Faculdade de Medicina do Porto.

Cedendo uma propriedade à Junta Geral de Angra do Heroísmo para estabelecimento dum hospital.

Convertendo em definitivo o contrato provisório para o estabelecimento dum cabo telegráfico entre o continente português e o Panamá.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS:

Junta do Crédito Público, editos para levantamento de depósitos e averbamento de títulos.

Administração do concelho de Aronca, edital acerca da gerência da Irmandade do Santíssimo de Moldes em 1911-1912.

Juízo de direito da comarca de Alcobaga, editos para expropriações de terrenos.

Juízo de direito da comarca da Ilha de S. Jorge, idem.

Caixa Geral de Depósitos, nota do movimento de fundos em Dezembro de 1912.

Alfândega de Lisboa, relação das mercadorias destinadas a leião.

Escola de Medicina Veterinária, aviso acerca das provas dos concursos para preparadores.

2.ª Zona dos Serviços Florestais, anúncio para venda de erva da Mata do Choupal.

Bólsa de Lisboa, cotação dos géneros coloniais na semana finda em 22 de Março.

Observatório do Infante D. Luis, boletim meteorológico.
Capitania do porto de Lisboa, boletim do movimento da barra.
Estação Telegráfica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

SOCIEDADES COOPERATIVAS

Relatório e mais documentos relativos à gerência, em 1912, da Cooperativa Economia Doméstica, do Porto.

AVISOS E PUBLICAÇÕES.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS.

SUMÁRIO DOS APÊNDICES

• 99 Cotação dos fundos públicos nas Bólsas de Lisboa e Porto, em 22 de Março.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Secretaria Geral

Atendendo à conveniência da nomeação dum funcionário para secretariar a sindicância ao arquivo do Ministério do Interior, ordenada por portaria de 19 do corrente mês: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Interior, que seja nomeado para tal fim o primeiro amanuense da Biblioteca Nacional de Lisboa, Fernando Ernesto Bizarro Enes.

Paços do Governo da República, em 25 de Março de 1913.—O Ministro do Interior, *Rodrigo José Rodrigues*.

Direcção Geral de Administração Política e Civil

Para os devidos efeitos se publica o seguinte despacho:

Março 22

Bacharel Francisco Martins—nomeado para o cargo de administrador substituto do concelho de Almada.

Secretaria do Ministério do Interior, em 25 de Março de 1913.—O Director Geral, *Ricardo Pais Gomes*.

Direcção Geral da Instrução Primária

3.ª Repartição

Por despacho de 19 do corrente mês:

Glória da Assunção Costa, professora da escola mixta do lugar de Dornelas, freguesia de Silva Escuro, concelho de Sever do Vouga, círculo escolar de Oliveira de Azeméis—exonerada por falta de posse do referido lugar.

Por despacho de 24 do corrente mês:

Cesaltina da Conceição Machado, professora da escola para o sexo feminino da freguesia da Meadela, concelho e círculo escolar de Viana do Castelo—colocada na inactividade por seis meses.

Maria Henriques da Silva Monteiro, professora da escola para o sexo feminino de Vila Nova de Souto de El-Rei, concelho e círculo escolar de Lamego—colocada na inactividade por mais três meses.

Casimira Costa, professora da escola mixta de Gaeiras, freguesia de Santa Maria, concelho de Óbidos, círculo escolar das Caldas da Rainha—exonerada por abandono de lugar.

Matilde Marques, professora da escola para o sexo feminino da freguesia de Malhou, concelho e círculo escolar de Santarém—exonerada a seu pedido do referido lugar.

Para os devidos efeitos se declara que o nome do professor provido definitivamente na escola de Torroze, concelho de Ceia, por despacho de 20 de Fevereiro último, publicado no *Diário do Governo* n.º 54, de 7 do corrente mês, é Manuel Gil Figueira, e não Manuel Gil Figueiredo, como safu publicado no referido *Diário*.

Por despacho de 24 do corrente mês:

Francisco Fernandes Lizardo, professor da escola da freguesia de S. João, sede do concelho e círculo escolar de Abrantes—exonerado, a seu pedido, do referido lugar.

Por decreto de 22 do corrente, com o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 25 do mesmo mês:

Bacharel José Francisco Teixeira de Azevedo, primeiro oficial da Direcção Geral da Instrução Primária—promovido, por antiguidade, a chefe da 3.ª Repartição da mesma Direcção Geral.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 25 de Março de 1913.—O Director Geral, interino, *João de Barros*.

Declara-se aberto concurso documental para o provimento das seguintes escolas:

1.ª Circunscrição escolar—Lisboa

Para o sexo masculino

Central da cidade de Faro (4.º lugar).

Da freguesia da sede do concelho de Almada.

Da freguesia de Manique do Intendente, concelho de Azambuja.

Do lugar de Santa Cita, freguesia de Asseiceira, concelho de Tomar.

Mixta

Da freguesia de Alcaria Ruiva, concelho de Mértola.

2.ª Circunscrição escolar—Coimbra

Para o sexo masculino

Da freguesia de Febres, concelho de Cantanhede.

Da freguesia de Videmonte, concelho da Guarda.

Para o sexo feminino

Da sede do concelho de Belmonte (2.ª cadeira).

Da freguesia de Panóias, concelho da Guarda.

3.ª Circunscrição escolar—Porto

Para o sexo masculino

Da freguesia de Telões, concelho de Vila Pouca de Aguiar.

Para o sexo feminino

Da sede do concelho de Fafe (2.ª cadeira).

O prazo do concurso, nos termos do decreto de 7 de Janeiro de 1911, publicado no *Diário do Governo* n.º 6, começa na data da publicação do presente anúncio e termina quinze dias depois, às dezasseis horas.

Os requerimentos dos candidatos devem ser presentes ao inspector da respectiva circunscrição escolar, dentro do prazo do concurso, acompanhados dos documentos indicados no artigo 136.º do decreto regulamentar de 19 de Setembro de 1902.

Nos termos do artigo 29.º da lei de 29 de Março de 1911, não são admitidos candidatos do sexo feminino aos concursos das escolas para o sexo masculino.

1.ª Circunscrição escolar—Lisboa

Sexo masculino

Da freguesia do Raminho, concelho de Angra do Heroísmo (2.º lugar).

Mixta

Da freguesia de Quinta Grande, concelho de Câmara de Lobos.

O prazo do concurso, nos termos do decreto de 7 de Janeiro de 1911, publicado no *Diário do Governo* n.º 6, começa na data da chegada do vapor que conduz este *Diário* à sede do distrito respectivo. Termina trinta dias depois.

Os requerimentos dos candidatos devem ser presentes ao inspector da circunscrição escolar, dentro do prazo do concurso, acompanhados dos documentos indicados no artigo 136.º do decreto regulamentar de 19 de Setembro de 1902.

Nos termos do artigo 29.º da lei de 29 de Março de 1911, não são admitidos candidatos do sexo feminino aos concursos das escolas para o sexo masculino.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 25 de Março de 1913.—O Director Geral, interino, *João de Barros*.

Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial

3.ª Repartição

Tendo o Director do Museu Etnológico Português solicitado um inquérito aos seus actos:

Manda o Governo da República Portuguesa que se proceda a uma sindicância no referido estabelecimento, encarregando desse serviço o professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Agostinho José Fortes, que terá como secretário Serafim Carneiro Chichorro de Brito.

Paços do Governo da República, em 15 de Março de 1913.—*Rodrigo José Rodrigues*.

Por proposta do Ministro do Interior, e nos termos do disposto no artigo 52.º, da lei de 9 de Setembro de 1908, pela verba designada no capítulo 6.º, artigo 34.º, da tabela orçamental do Ministério do Interior, no actual ano económico: hei por bem decretar o abono das gratificações de 3 escudos e 1 e meio, respectivamente, e pelo espaço máximo de trinta dias úteis de serviço, a Agostinho José